

PATRIMÓNIO E MOBILIZAÇÃO DAS COMUNIDADES LOCAIS: DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL AOS CONTRATOS DE ALDEIA

Isabel Boura

1. Introdução

A mobilização de bens culturais enquanto elementos importantes das estratégias de desenvolvimento de territórios com dificuldades estruturais, constituiu uma atitude inovadora que esteve na génese de algumas iniciativas lançadas, em Portugal, no início da década de 90.

A valorização de recursos culturais tão diversificados como a paisagem, os lugares, o património construído e o referencial das culturas, tradições e actividades, bem como o envolvimento de múltiplos protagonistas, numa dinâmica local de promoção e desenvolvimento, constituíram o pano de fundo para o lançamento e consolidação do Programa das Aldeias Históricas de Portugal.

A dimensão integrada e integradora daquela iniciativa pretendeu constituir resposta alternativa às abordagens que vinham sendo feitas aos problemas que afectam os espaços rurais do interior, potenciando as características específicas de uma Rede de Aldeias. A intervenção implementada é, porventura, um dos exemplos emblemáticos da conjugação do triângulo Sociedade, Cultura e Acção, tanto no que releva da sua concepção como nas dinâmicas que tem proporcionado.

Partindo daqueles pressupostos e dos efeitos do Programa propõe-se, com esta comunicação, desenvolver três vertentes principais:

- abordar os contextos teóricos, metodológicos, geográficos e estratégicos subjacentes à sua definição, contemplando uma viagem no tempo (partindo do início dos anos 90) e no espaço (Beira Interior);
- balanço crítico da evolução e impacto da intervenção Aldeias Históricas de Portugal, ajustando trajectórias e suscitando reflexões;
- efeito multiplicador de uma iniciativa e sua difusão a outros contextos territoriais.

A valorização de lugares e da sua memória, a potenciação de recursos, culturas e actividades, assim como a divulgação de espaços esquecidos, cuja marca perdura no território, poderá ser uma forma de acção em contextos socio-económicos deprimidos, particularmente em comunidades rurais fragilizadas e com dificuldades de afirmação.

2. As Aldeias Históricas de Portugal (AHP) no quadro das políticas de apoio ao desenvolvimento local: pretextos e contextos

2.1. As AHP face à evolução conceptual e estratégica das políticas territoriais

A tentativa de intervir em espaços mais débeis e com dificuldades estruturais, decorrentes dum persistente abandono demográfico e da desvalorização das actividades tradicionais, esteve na base da definição de políticas de desenvolvimento visando apoiar iniciativas que contribuíssem para reverter a situação de perda em que tais territórios se vêem, cada vez mais, envolvidos. A multiplicidade de iniciativas levadas a cabo em Portugal, desde o início dos anos 90, apoiadas por diferentes Intervenções Operacionais e Iniciativas Comunitárias, reflecte a evolução conceptual no desenho das estratégias de desenvolvimento territorial (regional e local), inspiradora de novas práticas, e o facto das áreas mais deprimidas do Continente português constituírem espaços naturais, para novas abordagens e ensaio deste tipo de intervenções.

Os efeitos devastadores da crise dos anos 70 e 80 sobre o emprego e certas regiões, rurais ou, mesmo, as que tinham conhecido alguma pujança industrial, criaram as condições para que se generalizasse a crítica aos modelos que vinham sendo prosseguidos e se desenvolvessem abordagens alternativas para o seu desenvolvimento. As consequências locais, dos processos de reestruturação de um mundo em mudança acelerada, as mutações organizacionais, na escala e na dimensão das unidades de produção, a especialização, flexibilidade e deslocalização eminentes, de sectores e empresas, impunham um novo olhar sobre os processos que vinham sendo seguidos. A resposta das políticas públicas aos problemas, emergentes, e aos desafios que se colocavam, aos sistemas produtivos locais, passaram a assentar numa lógica que valoriza a importância do território, num novo papel a desempenhar pelos actores, pelas empresas e as diferentes redes onde se integram (B. Pecquer, 1989).

Assim se foi construindo, a partir dos anos 80, o paradigma do desenvolvimento endógeno, pela convergência de duas linhas de pesquisa: “uma de carácter teórico, nasceu da tentativa de encontrar uma noção de desenvolvimento que levasse em conta os efeitos da actuação pública na evolução das localidades e regiões atrasadas. A outra, de carácter empírico, surgiu em decorrência da interpretação dos processos de desenvolvimento industrial em localidades e regiões do Sul da Europa” (V. Barquero, 2002: 38). Tais estratégias foram acolhidas, estimuladas e, portanto, credibilizadas por organizações internacionais (OIT,

PNUD, Comissão Europeia), que passaram a apoiar as Iniciativas de Desenvolvimento Local (IDL) que iam surgindo. Portugal não foi alheio a tal movimento, onde se realizaram estudos sobre os sistemas produtivos, os contextos, as práticas e os novos modos de organização local, cujas conclusões atribuíam grande importância e valor estratégico à componente sócio-cultural do desenvolvimento endógeno (I. Boura, 1990; Stephen Syrett, 1995; Luís Moreno, 2002).

Superada a fase de experimentação, pode concluir-se que a política de desenvolvimento local “já conseguiu consolidar, indiscutivelmente, um razoável corpo de doutrina, mas a mudança de cenário induzida pela aceleração dos processos de globalização exige, no mínimo, uma revisão da estratégia ou, até mesmo, uma nova geração de políticas” (Barquero, 2002: 240). Sendo, eventualmente, este o momento em que nos encontramos, temos de reconhecer que houve um percurso de uma década em que se procuraram estratégias alternativas, se lançaram experiências e se mobilizaram variados recursos, na tentativa de superar as debilidades com que se confronta uma parte significativa do território do país.

É neste contexto geral de enquadramento teórico das práticas realizadas, num espaço concreto, que se deve situar a importância e o simbolismo que as AHP tiveram na afirmação dos frágeis territórios do Interior. É adquirido que “o isolamento é um fenómeno multidimensional, que obedece a factores económicos, espaciais, sociais e culturais limitantes da integração económica de um território no sistema económico nacional e internacional e que, portanto, restringe a participação de seus agentes na tomada de decisões de investimento e de implantação de empresas. Tem uma relação, certamente, com o afastamento físico, mas está, sobretudo, vinculado à falta de capacidade do território (em termos económicos, sociais e institucionais) para dar respostas estratégicas aos desafios da concorrência” (Barquero, 2002: 220). Por outro lado, as formas de organização e cultura condicionam os processos de mudança estrutural, verificando-se que “a resposta local aos desafios globais é operacionalizada mediante um conjunto de acções de carácter muito variado. Algumas estão direcionadas à melhoria da infra-estrutura; outras buscam suprir carências e contribuir para os avanços no campo dos factores imateriais determinantes do desenvolvimento; e outras, ainda, propõem-se fortalecer a capacidade de organização do território” (Barquero, 2002: 201).

Tendo presente aqueles pressupostos, privilegiou-se a relevância dos recursos locais, designadamente o património natural, construído e cultural, como elementos de diferenciação num tempo de globalização, generalizada, cuja valorização permite sustentar novas actividades, que podem ser vitais para diversificar as frágeis economias locais e a origem dos

rendimentos. As AHP acabam por representar a incidência regional e local de uma estratégia nacional, que visava discriminar positivamente alguns espaços encravados do Interior da Região Centro, já considerada quando foi elaborado o Plano Nacional de Turismo (1985-1988), e concretizada na última década com recurso aos apoios directos de Programas Operacionais do II (1993-1999)¹ e III (2000-2006) Quadros Comunitários de Apoio (QCA).

O Plano Nacional de Turismo identificava os objectivos possíveis e necessários à definição da estratégia de desenvolvimento, para o sector, e definia as finalidades fundamentais para a orientação de intervenções dos poderes públicos no domínio do turismo. Para além da dimensão social e económica enuncia, também, como fundamentais as vertentes territorial e patrimonial, devendo a intervenção dos poderes públicos contribuir para “compensar ou atenuar os desequilíbrios regionais” e “visar a protecção do meio ambiente e a valorização do património cultural”. O referido Plano ao inventariar os recursos turísticos estratégicos classifica-os em função do seu objectivo e da sua natureza. É nesta última categoria que, no final dos anos 80, são já referidos os recursos culturais, naturais e de animação, fazendo claramente o apelo a “algumas aldeias típicas que são um testemunho cultural de inegável interesse turístico e, em algumas regiões, constituem o mais válido recurso turístico. A sua protecção e recuperação deverá por isso, ser tarefa prioritária o que pressupõe uma prévia identificação de todas as aldeias existentes que satisfaçam aquela condição em íntima colaboração com o IPPC ou Ministério da Cultura”(PNT 1985-1988).

Desta forma, não só se reconhecia a importância do património e da cultura, como factores de diferenciação e afirmação da genuinidade dos territórios, particularmente os mais fragilizados e marginalizados, como se atribuía importância ao turismo como sector a envolver na respectiva estratégia de desenvolvimento. É assim que em termos turísticos, actividade sensível aos ciclos da “moda”, se identificam em contraponto aos segmentos já afirmados, novos produtos com elevado potencial, para o sector, ligados ao património e às paisagens naturais e culturais, cuja escala e localização se distinguem dos produtos e destinos tradicionalmente explorados e fortemente massificados. A estratégia passava, então, por encontrar largos espaços no Interior do país que respondessem a estas exigências, tendo sido identificadas três áreas: a do Parque de Montezinho, no Interior Norte, em torno da paisagem natural e ambiente; a dos testemunhos megalíticos no Alentejo, que deu origem a iniciativas específicas (o Programa de valorização cultural e divulgação turística – itinerários

¹A Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal constituiu uma das iniciativas inseridas no Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR) que, sendo de âmbito nacional, contemplava áreas territoriais e temáticas, específicas, a desenvolver ao nível das diferentes regiões.

arqueológicos do Alentejo e Algarve e a Operação piloto de valorização sócio-cultural e turística – projecto integrado de Mértola); a das Aldeias no Interior Centro assente na valorização do seu património histórico-cultural, que resultou no lançamento do Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal.

De acordo com aqueles pressupostos e envolvendo as tutelas da Cultura, do Desenvolvimento Regional e do Turismo definiu-se, na Região Centro, uma Rede de Aldeias Históricas que integra aglomerados localizados, na sua maioria, ao longo da linha de fronteira e que constituem pequenos conjuntos, cuja monumentalidade patrimonial testemunha a importância que assumiram no passado, nomeadamente na conquista, povoamento, defesa e estabilização do território nacional. Tendo aqueles aglomerados perdido, ao longo dos séculos, protagonismo quer em termos defensivos como administrativos acabariam, à semelhança de todo o território do Interior, por perder importância económico-estratégica, face à instalação de novos modelos de desenvolvimento que comportavam, diferentes desafios e oportunidades, então centrados na capital e, posteriormente, difundidos pela faixa litoral. A posição periférica a que ficam remetidos, perante novos contextos e deficientes condições de acessibilidade e mobilidade, vai marcar de uma forma profunda o panorama demográfico e produtivo de todo o Interior e, em particular, dos seus aglomerados mais remotos.

À margem, daqueles processos de mudança, permanecem os territórios menos competitivos e de características de maior ruralidade, onde iniciativas de “modernidade e inovação” dificilmente tiveram lugar, restando-lhes apenas a força da sua história e a preservação das marcas mais emblemáticas do seu património cultural. Os critérios utilizados na selecção das Aldeias Históricas de Portugal inscrevem-se na valorização daquelas vertentes principais (existência de património arqueológico, ambiental ou arquitectónico classificado, a unidade formal do tecido urbano e construído, o referencial histórico-cultural) e tiveram também em conta a possibilidade de integrarem circuitos turísticos e culturais temáticos, estimulando o seu funcionamento em rede.

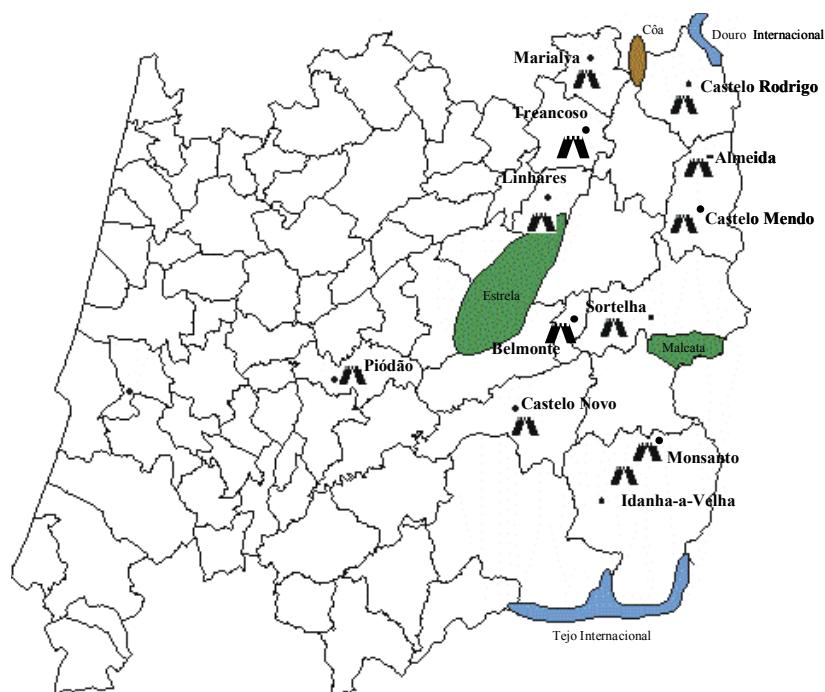
2.2. Os contextos territoriais e a estratégia de actuação

As Aldeias Históricas passam a constituir mais um recurso para a valorização do entre Douro e Tejo, um espaço outrora palco de conflitos, na defesa do território e na afirmação da nacionalidade, e hoje transformado num amplo território de cooperação e promoção cultural,

mercê da recuperação do imaginário e das referências materiais que subsistem daquele passado. Para além da herança cultural, que constituem, beneficiam ainda de todo um enquadramento regional de invulgar diversidade e qualidade, onde relevam a riqueza do património construído, monumentos, burgos medievais e castelos (Castelos da Raia), centros históricos das vilas e principais cidades, arquitectura popular dispersa pela generalidade das aldeias, marcas arqueológicas e a invulgar presença de arte rupestre em troços do Tejo, Zêzere e ribeiras adjacentes e o Parque Arqueológico do Vale do Côa.

A paisagem e o património natural, Parques e Reservas Naturais, Douro e Tejo Internacionais, Serras da Estrela, Malcata e Gardunha, bem como a diversidade de paisagens agrárias ligadas à presença da vinha e amendoeira na Beira Transmontana, adjacente ao Douro, até ao cereal e tabaco nos campos abertos da Beira Baixa passando pelos pomares da Cova da Beira, fornecem um invulgar mosaico de valores culturais de elevado potencial.

Contexto Territorial



Viajar entre Marialva e Monsanto permite, não só, a articulação daqueles recursos/bens culturais, mas também fazer a transição entre a Beira Transmontana e a Beira Baixa. Ao percorrer Castelo Rodrigo, Trancoso, Almeida, Castelo Mendo, Sortelha, Belmonte, Castelo Novo e Idanha-a-Velha, proporcionam-se diferentes leituras do tempo e, da importância, de

um espaço onde a cordilheira central, marca a fractura/ruptura entre o Norte e Sul; na sua vertente norte, localiza-se o Piodão e Linhares da Beira.

A possibilidade de compatibilizar recursos culturais de grande valor simbólico, dispersos naquele território, começa a desenhar-se a partir da Rede das Aldeias Históricas que, ao promover a respectiva articulação, permite definir uma cartografia dinâmica de valores, interesses e produtos capaz de relançar e valorizar a imagem daquele território.

A iniciativa piloto de requalificação, iniciou-se há uma década e, teve como objectivo valorizar e promover Aldeias, cujas características permitissem ser pontos de ancoragem na estratégia de desenvolvimento das áreas rurais envolventes. Os traços de maior inovação, desta abordagem, ligam-se ao envolvimento de bens culturais na definição da estratégia, a implementar, e a participação da sociedade e actores locais no desenvolver das acções. Assim, pretendeu-se a partir da recuperação do património de dez aglomerados medievais do interior da Região Centro (numa primeira fase), relançar a sua valia histórico-patrimonial valorizando e divulgando a herança cultural, como estímulo a um segmento turístico em expansão – **turismo cultural** – capaz de conferir sustentabilidade a algumas dinâmicas locais de desenvolvimento. Por outro lado, o envolvimento e a dinamização de parceiros locais (população, autarquias, associações de desenvolvimento) e dos diversos sectores da Administração Central/Regional, em projectos localmente implementados, deveriam concorrer para que a intervenção fosse coerente, solidária e muito participada.

A atitude inovadora passou, ainda, pela dimensão integrada e integradora das acções que, previamente identificadas, deveriam contribuir, em domínios diferenciados (infraestruturas, património construído, requalificação urbanística, animação económica, cultural e social), para a melhoria das condições de vida dos residentes, para a valorização turística dos aglomerados, tendo em conta o segmento específico da potencial procura, e para maximização de sinergias entre as Aldeias que, funcionando em rede, estimulariam a afirmação e promoção de um território mais amplo e rico em paisagens culturais.

A implementação da estratégia, definida, tem sido financeiramente suportada pelas entidades parceiras, onde se incluem o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Orçamento Geral do Estado, Orçamentos Municipais bem como investidores privados. Para além da forte componente de reabilitação patrimonial e urbanística foi ainda privilegiado como objectivo estratégico a identificação de iniciativas e promotores capazes de dar sustentabilidade à intervenção: a sustentabilidade material, cuja aferição é possível e será

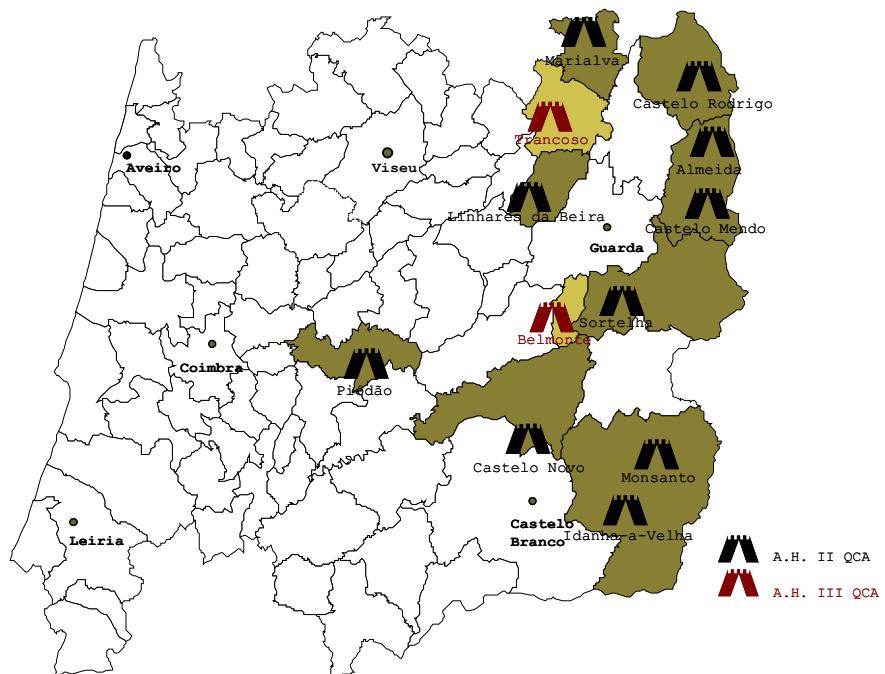
referida mais adiante, mas sobretudo a imaterial ou intangível, que passa pelo impacto do projecto na auto-estima das populações e a sua identificação e empatia com iniciativas desta natureza.

3. Aldeias Históricas de Portugal: evolução, impacto e balanço crítico

3.1 Da ideia estratégica ao Plano de Aldeia

A selecção das dez primeiras Aldeias ocorreu à data da preparação do II Quadro Comunitário de Apoio (QCA) que vigorou entre 1994-1999, tendo-lhe sido atribuída um volume de investimento global de 25 milhões de Euros, cuja distribuição pelos respectivos Planos de Aldeia foi feita em função da dimensão física do aglomerado, do grau de carência em infraestruturas básicas, e da densidade e estado de conservação do património histórico-cultural existente.

Rede das Aldeias Históricas de Portugal



A preparação e consensualização do referido Plano apresentou-se determinante para o desenvolvimento harmonioso da recuperação global, uma vez que enunciadas à partida as relações de forte complementaridade, entre projectos, e estabelecidas as parcerias, entre

promotores e fontes de financiamento, foi possível conferir maior lógica e coerência à reabilitação individual, tendo como pano de fundo a estratégia de rede, cuja valia global é superior à soma das suas partes. Tendo sido esta forma de actuação considerada “iniciativa piloto”, a nível nacional, e tendo também em conta os resultados alcançados, face à simbólica atribuição financeira que lhe esteve subjacente, foi decidido manter a Recuperação das Aldeias Históricas no actual QCA (2000-2006), com objectivos de consolidação e aprofundamento da metodologia e das acções, alargando-a a mais dois aglomerados². O princípio que norteou as novas escolhas, sobre o mesmo território, foram o reforço espacial da rede, atribuindo-lhe maior coerência e articulação, a manutenção do padrão de qualidade ao nível da densidade patrimonial, histórica e cultural e ainda o acréscimo do seu desempenho funcional.

3.2 A incidência de uma década de intervenções

De 1995 a 1999 (II QCA) e de 2000 a 2006 (III QCA) programou-se a realização de um investimento total de cerca de 44 milhões de euros dos quais, 39 milhões já se encontram realizados ou em curso, o que permite dar a conhecer alguns dos vários balanços possíveis.

Investimento Realizado nas Aldeias Históricas de Portugal (1995 - 2004)

Aldeia Histórica	Unid.: euros		
	QCA II 1995-1999	QCA III 2000-2004	TOTAL
Almeida	5.232.853	437.789	5.670.642
Castelo Mendo	1.331.164	49.561	1.380.725
Castelo Novo	48.972	2.140.623	2.189.595
Castelo Rodrigo	2.606.873	740.661	3.347.534
Idanha-a-Velha	1.587.530	1.723.597	3.311.127
Linhares da Beira	2.437.803	5.434.552	7.872.355
Marialva	2.243.556	1.122.549	3.366.105
Monsanto	1.482.858	255.463	1.738.321
Piodão	5.314.004	241.797	5.555.800
Sortelha	1.793.043	481.896	2.274.939
Trancoso *			
Belmonte *			
Projectos Transversais	2.374.815	272.612	2.647.427
Total	26.453.471	12.901.101	39.354.571

* Estão previstos 5 milhões de euros para o apoio a projectos já identificados em Plano de Aldeia

²O Programa Operacional Regional do Centro inserido no III QCA (2000-2006), contempla no âmbito das Acções Integradas de Base Territorial, iniciativas de discriminação positiva em territórios e temáticas específicas, como é o caso das Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias, em que se prevê a criação de mais duas AHP.

A distribuição daquela atribuição financeira, por domínios estratégicos, evidencia a importância da valorização do património, que representa 34% do valor total, seguindo-se-lhe a reabilitação e requalificação urbanística (21%), as infraestruturas de base (19%) e os equipamentos de apoio directo ao turismo (12%). Complementarmente, iniciativas de animação, promoção e divulgação (10%) bem como de dinamização da economia local, estimulando o empreendedorismo e criação de micro-empresas (4%), são assumidas como garante da complementaridade, sustentabilidade e rentabilização das acções mais amplas de valorização e requalificação.

À excepção dos projectos directamente ligados às infraestruturas de base, as restantes intervenções constituem “múltiplas operações destinadas a valorizar o monumento histórico, e a transformá-lo eventualmente em produto económico.(...), algumas das quais incidiram mais directamente sobre os edifícios e sobre a sua aproximação pelo público” (F. Choay, 1999: 187).

Foram recuperados e reutilizados importantes conjuntos edificados, integrando-os na vida contemporânea, indo ao encontro de temáticas e questões já discutidas, internacionalmente em 1975, sobre a integração dos conjuntos históricos na vida colectiva da nossa época. A Unesco adoptou mesmo em 1976 uma *Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e tradicionais e o seu papel na vida contemporânea*, que defende um tratamento não museológico dos tecidos urbanos antigos. “Do restauro à reutilização, passando pela encenação e pela animação, a valorização do património apresenta formas múltiplas, de contornos imprecisos, que muitas vezes se confundem e associam.” (F. Choay, 1999: 187). De facto, as valorizações operadas nas 15 Igrejas, nos 8 Castelos e panos de muralha e nos 24 edifícios, de reconhecido valor arquitectónico, ilustram as diversas cambiantes acima sugeridas: a par de acções puras de valorização e restauro de monumentos, com ou sem introdução de componentes e materiais modernos, até à simples conservação das ruínas, com o objectivo de criar conjuntos cénicos simbólicos e/ou fantásticos, encontram-se iniciativas de restauro/modernização de imóveis com incorporação de novas funcionalidades permitindo, em simultâneo, valorizar, reutilizar, animar, dar vida e rentabilizar um património que pertence à história de todos. É o caso dos postos de turismo (9), dos espaços museológicos e multifuncionais (4), e da Pousada de Linhares da Beira, instalados em muitos dos edifícios recuperados com recurso a este Programa. Por outro lado, as 20 micro-empresas criadas no âmbito da intervenção (15 unidades de Turismo em Espaço Rural, 5 de gastronomia tradicional, comercialização de artesanato, e de animação turístico-desportiva), configuram a

parceria da iniciativa privada, complementando investimento público, na valorização de imóveis de arquitectura tradicional já edificados mas, na maioria dos casos, ameaçando ruína.

As actividades de animação, promoção e divulgação, que representam a vertente imaterial da Recuperação das Aldeias Históricas, devem manter presente que os novos actores são os animadores e os serviços de promoção cultural a quem cabe garantir a intermediação entre o património e o público que o visita. Grande parte das acções de animação cultural e desportiva, desenvolvidas na Rede das AHP, têm tido como palco privilegiado os conjuntos monumentais, entretanto valorizados, cobrindo áreas temáticas diversificadas e em consonância com as características mais marcantes de cada um dos aglomerados, tanto em termos físicos como da sua história. O objectivo é integrar o património classificado no ambiente lúdico que se proporciona, na perspectiva da sua valorização e não, como alguns autores sugerem, entrar em concorrência com os próprios monumentos. Estes, passam a fazer parte de um produto de consumo cultural, afirmando a força do seu estatuto histórico, seja, pela contemporaneidade das representações seja, até, pelo choque do contraste, que podem proporcionar. Festivais hípicos, representações teatrais, encontros científicos, desporto radical, reposições de animação medieval, exposições, feiras de artesanato e espectáculos de luz, som e imagem, têm sido actividades centrais para o envolvimento das populações, na promoção e divulgação, e para o estabelecimento de um calendário anual que, se devidamente preparado, muito pode contribuir para a fidelização de visitantes.

A produção de material de divulgação e a promoção do produto “Aldeias Históricas” tem sido também um dos vectores da componente imaterial a que esta intervenção deu suporte. Foram técnica e financeiramente apoiadas 25 publicações e patrocinada a presença na Bolsa de Turismo de Lisboa em dois anos consecutivos.

3.3 Balanço prospectivo

Em termos de balanço, é determinante referir que a atitude voluntarista que esteve na génese desta intervenção tem uma dimensão, fundamentalmente, pedagógica e não lucrativa, para a qual têm sido disponibilizados Fundos Estruturais, em parcelas significativas (70%), e recursos nacionais, provenientes dos Orçamentos de Estado e Municipais, na perspectiva de que a sustentabilidade das acções, empreendidas, possa ser assegurada através do desenvolvimento turístico que proporcionem. O registo do movimento de visitantes nas Aldeias Históricas iniciou-se, de uma forma normalizada e sistemática, a partir do Verão de

2002, através da contabilização das entradas nos respectivos Postos de Turismo. O envolvimento das entidades locais nesta produção estatística não é, no entanto, homogénea uma vez que alguns daqueles postos locais não mantêm uma assiduidade de funcionamento que permita regtos reais do fluxo de visitantes. Dos apuramentos elaborados e do cruzamento de informações fornecidas pelos proprietários das unidades de alojamento, de restauração e de artesanato, existentes, verifica-se uma tendência positiva ao nível da procura. As nove Aldeias Históricas, que apresentaram regtos, foram visitadas, em 2003, por cerca de 208 mil turistas, dos quais 18,4% foram estrangeiros. A proximidade do país vizinho, a sua empatia histórica com este território bem como as estreitas relações culturais e quotidianas, entre os dois lados da fronteira, justificam a representatividade de Espanha (54%) no total de visitantes estrangeiros. Com valores ainda significativos seguem-se-lhe a França (18%) e o Reino Unido (8%), começando a afirmar-se, em algumas das Aldeias, as visitas de cidadãos alemães e holandeses que, no conjunto da rede, representam 5,8%.

Número de visitantes registado nos Postos de Turismo (2003)

Aldeias Históricas	Turistas				
	Nacionais	%	Estrangeiros	%	Total
Almeida	33.380	63,1	19.561	36,9	52.941
Belmonte	30.991	85,6	5.224	14,4	36.215
Castelo Novo	4.074	93,4	286	6,6	4.360
Castelo Rodrigo	31.323	86,6	4.856	13,4	36.179
Idanha-a-Velha	7.837	87,4	1.134	12,6	8.971
Linhares	19.688	92,7	1.553	7,3	21.241
Marialva	16.208	92,0	1.411	8,0	17.619
Monsanto	9.317	74,6	3.176	25,4	12.493
Piódão	16.808	93,7	1.124	6,3	17.932
Total	169.626	81,6	38.325	18,4	207.951

Apesar do curto período de regtos não permitir desmultiplicar a incidência da análise, será interessante referir algumas situações particulares:

- Almeida, Monsanto, Belmonte, Castelo Rodrigo e Idanha-a-Velha são os nós da rede em que os visitantes estrangeiros apresentam, em termos relativos, maior significado;
- Castelo Novo, Belmonte, Linhares da Beira e Piódão, embora com baixa representatividade de visitantes estrangeiros, apresentam uma distribuição mais alargada por país de origem, afastando-se do padrão médio da Rede: o peso relativo de Espanha deixa de ser maioritário, ganhando algum significado a França,

a Holanda, a Inglaterra e, embora com menos expressividade, a Alemanha e a Bélgica.

Se nuns casos a proximidade, mais imediata, à fronteira e aos principais eixos de penetração no país, favorece a procura por parte de cidadãos estrangeiros, com particular incidência no país vizinho, noutras deverão ter-se em conta factores mais intangíveis como as motivações da visita (caso do Brasil e Israel em Belmonte), o segmento turístico em que se enquadram os visitantes (caso dos cidadãos holandeses, alemães e belgas no Piodão) e, ainda, as rotas ou circuitos privilegiados pelos guias utilizados (guias carácter geral, temáticos, etc).

As tendências enunciadas poderão, ou não, ganhar maior consistência, quando o período de análise for mais alargado, e consequentemente permitir uma maior consolidação do impacto das iniciativas de promoção e divulgação de um produto turístico que, em temos temáticos e territoriais, ainda se revela inovador. Importa, no entanto, abordar as características e o potencial da oferta, já instalado nas Aldeias Históricas, e perspectivar o seu possível desempenho no contexto da Beira Interior.

A existência de alojamento de elevada qualidade, Pousadas de Portugal em Almeida, Linhares da Beira, Belmonte e Monsanto, a Estalagem no Piodão, e as 23 unidades de Turismo em Espaço Rural (modalidade Casas de Campo), cobrindo maioritariamente segmentos de procura médio/altos, confere à Rede das Aldeias Históricas, cuja população total é 8.341 habitantes, uma capacidade potencial de cerca de 40.000 dormidas por ano. Complementarmente, os 20 estabelecimentos que cobrem áreas diversificadas, gastronomia tradicional, de provas de produtos locais, alguns dos quais de qualidade regionalmente comprovada, artesanato e velharias, introduzem elementos diferenciadores, nestas Aldeias, tornando-as um caso, verdadeiramente, singular no contexto da Beira Interior.

A sua distribuição, territorialmente, difusa foi estrategicamente assumida e, embora pudesse ter constituído um obstáculo ao desempenho desejado, acabou por se revelar uma das grandes virtualidades para a afirmação, quer da Rede quer de cada uma das Aldeias. Para alguns autores, onde se inclui o pioneiro Giovannoni (1932), a recuperação e valorização de núcleos históricos ou bairros antigos, e a sua integração na vida contemporânea deve ter em conta a compatibilidade do seu novo destino com a sua morfologia e a sua escala, situação que aquele padrão territorial permitiu acautelar.

O impacto de crescentes procura turísticas, em territórios sensíveis, como as Aldeias Históricas ou monumentos e centros históricos de referência, pode ter efeitos perversos no

que respeita à manutenção da sua genuinidade e à integridade das valorizações empreendidas, numa época em que o consumo cultural tende a banalizar-se e a ser produto rentável, para os operadores do sector. Neste sentido, a dispersão referenciada revela-se vantajosa por permitir ampliar a escala do produto, sem desvirtuar a dimensão das actividades de cada aglomerado, e por proporcionar um funcionamento articulado e mais eficaz na valorização do território e da sua economia. Tem ainda a vantagem de relançar e integrar, no circuito, a valia de outros bens culturais que, só por si, não sejam suficientemente atractivos para justificar divulgação e promoção.

A Rede de Aldeias Históricas de Portugal, enquanto projecto mobilizador, pode a médio prazo correr riscos de abrandamento, uma vez que decorre da grande aposta dos poderes públicos, central e local, e do envolvimento voluntarista de diferentes níveis da sociedade civil, para maximizar e internalizar a utilização dos recursos disponibilizados. A incógnita, em termos de futuro, coloca-se na capacidade de manter, de uma forma duradoura, a dinâmica de recuperação e a qualidade de actuação, face a tentações motivadas por uma procura turística e imobiliária que se tem revelado interessante. A dificuldade de garantir, localmente, uma orientação técnica qualificada ao nível de pequenas intervenções de manutenção corrente tem, nalguns casos, criado conflitualidade de interesses entre proprietários, autarquias e entidades responsáveis pela gestão do património classificado. O poder local tem, nestes e outros domínios, responsabilidades acrescidas no sentido de controlar e regular, pedagogicamente, alguns excessos de protagonismo, públicos e privados, ligados à ânsia de sinalizar e divulgar monumentos, conjuntos edificados, percursos, estabelecimentos e produtos.

Torna-se prioritário, nesta fase do processo, estabelecer orientações comuns que balizem aquele tipo de intervenções, tendo em conta que a designação “Aldeia Histórica de Portugal” deverá ser, formalmente, consolidada através da conclusão do processo de classificação daqueles conjuntos edificados.

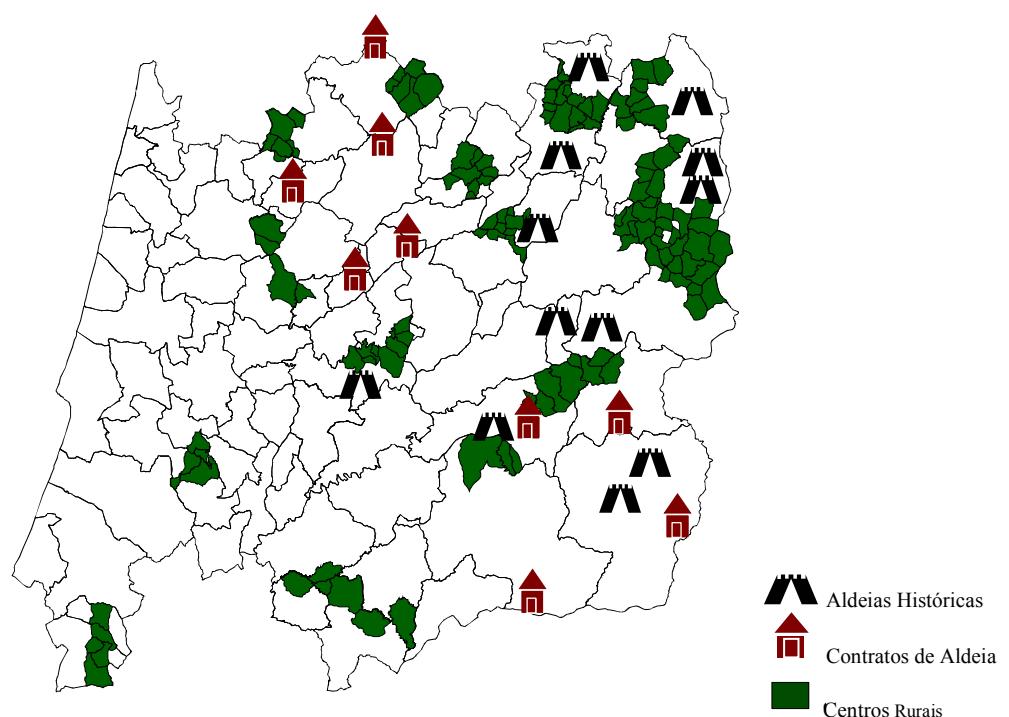
4. Outras iniciativas de valorização em contextos rurais

É incontestável o grau de parentesco existente entre os conceitos de território e de património, uma vez que a sua dimensão ultrapassa largamente as realidades materiais, incluindo vertentes menos tangíveis como as tradições, a cultura e o imaginário de uma

comunidade. "Fonte parcial da memória colectiva, o território decorre, à vez, do produto da memória e do património (...). Das suas relações estreitas com o território, a memória patrimonial e colectiva abre um campo mais vasto, que os ditos lugares da memória" (G. Di Méo, 1998: 62).

A dinamização de estruturas tradicionais de ocupação do território, aldeias, contribuindo para a sua viabilização e gestão sustentada dos seus recursos, é tema central da AIBT "Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias" que prevê intervenções complementares às Aldeias Históricas, difundindo a sua metodologia de actuação a espaços rurais e a aglomerados emblemáticos, em contextos territoriais e patrimoniais distintos. Face à natureza temática desta AIBT, cujo padrão territorial é necessariamente difuso, tornou-se pertinente estruturar a sua leitura com base em: uma rede de aldeias de primeiro nível que corresponde às Aldeias Históricas, com qualidade patrimonial e monumental de excelência, e dois subsistemas complementares (Centros Rurais e Contratos de Aldeia) que proporcionem uma cobertura equilibrada do território, através da intervenção em locais com tradições, recursos, e saber fazer, capazes de induzir dinâmicas de desenvolvimento local em domínios como as agro-indústrias, o artesanato ou o turismo.

Subsistemas de Valorização Territorial



Pretende-se, assim, formalizar uma rede territorial de micro-intervenções, em que se privilegia a articulação de políticas e a integração de recursos e actores, nos processos de promoção e afirmação dos espaços de mais baixa densidade, da Região, seleccionando territórios e intervenções que, independentemente da escala, possam protagonizar capacidade de envolvimento e produzir efeitos de demonstração: os Centros Rurais e os Contratos de Aldeia.

No primeiro caso, a escala territorial adoptada contempla quinze espaços definidos por agregação de freguesias contíguas, abrangendo no máximo 6.000 habitantes, que se diferenciam pela qualidade dos seus produtos, certificados ou com imagem de qualidade, pela diversidade da sua paisagem e pelo potencial de mobilização dos agentes de desenvolvimento local (população, associações de desenvolvimento e autarquias). Os 15 Centros Rurais, seleccionados, envolvem 57.974 habitantes de 125 freguesias localizadas, na sua maioria, no Interior da Região. As duas excepções situam-se nos maciços calcários de Sicó e Serras D'Aire e Candeeiros cujas características mais marcantes reproduzem, no Litoral, contextos económicos e sociais semelhantes aos do Interior.

Centros Rurais: População e Investimento

Centros Rurais	Projectos N °	Investimento Aprovado €	População 1991	População 2001	Variação 1991-2001
CR Côa	4	392.619	4.562	3.708	-18,7
CR Teja	5	340.355	4.158	3.379	-18,7
CR Marofa	4	283.127	1.561	1.318	-15,6
CR Almeida/Sabugal	5	424.256	4.607	3.748	-18,6
CR Alto Mondego	6	428.072	3.177	2.792	-12,1
CR Cova da Beira	4	323.290	4.909	4.282	-12,8
CR Ocreza	5	476.040	3.896	3.534	-9,3
CR Centro Portugal	4	448.525	4.808	3.827	-20,4
CR Ser Aire/Candeeiros	4	340.328	5.786	5.917	2,3
CR Sicó	6	421.806	3.472	3.074	-11,5
CR Serra do Açor	3	328.786	6.349	5.566	-12,3
CR Norte Lafões	4	333.883	3.535	3.118	-11,8
CR Alto Dão	4	455.571	4.800	4.372	-8,9
CR Aguiéira/Caramulo	3	503.371	4.337	5.024	15,8
CR Alto Paiva	6	390.859	4.570	4.315	-5,6
TOTAL	67	5.890.888	64.527	57.974	-10,2

O diversificado potencial instalado naqueles territórios, permite identificar áreas específicas que possam funcionar como alavancas do processo de desenvolvimento local, envolvendo as

capacidades culturais e de conhecimento das populações, no relançar de actividades tradicionais, e apoiando a formação de recursos em áreas, mais inovadoras, como o desporto aventura, natureza ou mesmo radical. Se nuns casos, as produções e confecções artesanais, qualificadas, na área das agro-alimentares (azeite, queijo, fruta, frutos secos, enchidos, artesanato) podem ser os factores de diversificação e sustentabilidade da base económica local, noutras são as condições físicas e geomorfológicas (rios, albufeiras, maciços calcários) dos territórios, que proporcionam a prática de actividades alternativas e inovadoras nas áreas do desporto e lazer, capazes de gerar valias importantes nas pequenas economias rurais. A possibilidade de satisfazer procuras diferenciadas, em territórios de baixa densidade, assentes na valorização dos seus recursos mais genuínos, contribuindo para a respectiva sobrevivência, tem sido um argumento de envolvimento das comunidades locais, onde é de destacar a apetência revelada para a participação em acções de formação, complementares às intervenções físicas realizadas. As áreas de formação mais frequentes e de considerável procura, nos Centros Rurais, são as ligadas à gastronomia tradicional, à produção biológica, à animação turística e sócio-cultural e à educação e preservação ambiental.

Os Contratos de Aldeia, constituem outro subsistema complementar à Rede das AH e vai permitir a valorização de nove aglomerados (7.870 habitantes) que, não apresentando a monumentalidade patrimonial das Aldeias Históricas, ainda mantêm vivas as suas características mais tradicionais, tanto no que respeita à estrutura urbana, à arquitectura rural e ao património colectivo das comunidades locais, aliadas a dinâmicas associativas, existentes, no âmbito cultural, social e económico.

Contratos de Aldeia: População e Investimento

Contratos de Aldeia	Projectos Nº	Investimento Aprovado €	População 1991	População 2001	Variação 1991-2001
Aldeia João Pires	3	188.846	357	221	-38,1
Malpica do Tejo	2	245.800	811	758	-6,5
Salvaterra do Extremo	2	238.336	321	203	-36,8
Cabanas de Viriato	4	279.500	1.819	1.698	-6,7
Santar	3	279.327	1.253	1.156	-7,7
Campo Benfeito			83	57	-31,3
Cabra	2	275.000	1.452	1.366	-5,9
Alcaide			826	764	-7,5
Várzea de Calde			1.687	1.647	-2,4
TOTAL	16	1.506.809	8.609	7.870	-8,6

As acções de reabilitação a promover nas aldeias, seleccionadas, permitem colmatar a ausência de intervenções específicas de valorização e desenvolvimento nos espaços mais marginais da Beira Interior Sul, Cova da Beira e Dão Lafões. Em qualquer das situações considerou-se a possibilidade de conectar sistemas e subsistemas, (Aldeias Históricas e Contratos de Aldeia, Aldeias Históricas e Centros Rurais e Contratos de Aldeia e Centros Rurais), ganhando escala no impacto das intervenções e ampliando as motivações de visita e de envolvimento, das próprias populações.

Recuperar e preservar as diferentes formas de património rural – fontanários, moinhos, eiras, espigueiros, fornos comunitários – em locais onde se mantêm activas práticas culturais interessantes (trabalho do linho, filarmónicas, teatro), foi a atitude subjacente ao estabelecimento daqueles Contratos, uma vez que constituem valores e referências, essenciais, a integrar na promoção, divulgação e desenvolvimento da Região, no seu todo. Outro tipo de referenciais foram, também, tidos em conta sejam no plano simbólico, cultural ou afectivo, sejam no plano material, consubstanciado na criação de riqueza, na sustentabilidade económica e na capacidade de afirmação e atracção dos pequenos aglomerados. Referimo-nos, quer a personalidades marcantes da nossa história recente (João Franco e Cunha Leal, em Alcaide, ou Aristides Sousa Mendes em Cabanas de Viriato), quer a iniciativas de carácter económico já afirmadas (design e confecção de vestuário em Campo Benfeito, gastronomia regional em Cambra, empresas de doçaria e azeite de qualidade em Malpica do Tejo, de vinhos em Santar, entre outros). As iniciativas públicas de qualificação da imagem destas aldeias e de valorização da sua matriz cultural e rural contribuem para manter, presentes, as marcas mais importantes da memória colectiva das suas comunidades, a transmitir às gerações subsequentes.

5. Remate

No caso presente a valorização dos lugares e da sua memória, a mobilização de recursos, culturas e actividades, envolvendo protagonistas diversos, apresenta linhas de força, a destacar, que se circunscrevem em duas vertentes principais: a aproximação metodológica utilizada, na mobilização de bens culturais como possíveis alavancas de afirmação e sustentação de territórios, em perda, e os impactos perceptíveis e desejáveis de uma estratégia que se centrou na valorização de pequenos aglomerados e espaços rurais, territorialmente dispersos, no Interior da Região Centro.

No que respeita à atitude metodológica, e após a selecção dos espaços de intervenção, revelou-se como vantajoso a elaboração dos Planos de Aldeia/Ação enquanto documentos de diagnóstico e reflexão que permitiram sistematizar, a uma escala micro, as dificuldades e potencialidades, os objectivos estratégicos e as acções prioritárias, a desenvolver, dentro de um determinado quadro financeiro. Este exercício, que envolve diversos actores das comunidades locais e sua articulação com níveis local, regional/central da Administração exige tempo, disponibilidade de negociação permanente e capacidade de monitorização das opções assumidas.

Quanto aos impactos, é de salientar que, perante reduzidas disponibilidades financeiras, o estabelecimento de redes, sistemas ou subsistemas, com idênticas matrizes societais, afinidades culturais e capacidade de conexão, parece ser a forma mais eficaz de afirmar e promover os bens culturais como factores alternativos e determinantes, nos processos de desenvolvimento.

Iniciativas consideradas inovadoras como a das Aldeias Históricas de Portugal, apesar de vicissitudes diversas, proporcionaram uma nova imagem e uma atitude mais positiva sobre o papel das aldeias e do mundo rural. O envolvimento das comunidades locais neste processo de alteração de imagem é a tarefa mais difícil, mas determinante, e contribui, decisivamente, para a desejável valorização dos aglomerados, quer, em termos de requalificação material quer, no relançamento da auto-estima das populações.

A Rede de Aldeias Históricas constitui, no contexto territorial em que se insere, uma iniciativa estruturante que tem contribuído para reverter a imagem negativa e estigmatizada da Beira Interior o que reforça a ideia, já expressa, que o conjunto das doze Aldeias apresenta um impacto superior à soma das suas partes. O seu contributo, considerado exemplar, na afirmação de um território deprimido, levou à adopção de iniciativas idênticas em contextos territoriais similares, de que são exemplo, já em curso, as Aldeias Vinhateiras no Douro, as de Xisto no Pinhal Interior, e as Aldeias do Algarve.

Bibliografia

- Antonio Vasquez Barquero (2002) – Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.
UFRGS, Porto Alegre.
- Bernard Pecquer (1989) – Le développement local. Syros, Paris.
- Françoise Choay (1999) - Alegoria do Património. Edições 70, Lisboa.

Guy Di Méo (1998) - Géographie Social et Territoires, Nathan, Paris.

Isabel Boura (2002) – Aldeias Históricas de Portugal, um património com futuro. CCRC, Coimbra.

Isabel Boura; Rui Jacinto (1990) - Iniciativas de Apoio ao desenvolvimento na Região Centro - contributo para a definição de estratégias locais. CCRC, Coimbra.

Luís Moreno (2002) – Guia das organizações e iniciativas de desenvolvimento local. Animar.

MPAT – MCT (1994) – Programa de recuperação de Aldeias Históricas de Portugal. Acção piloto de promoção do potencial de desenvolvimento regional.

MPAT – MCT (1995) – Intervenção Aldeias Históricas de Portugal. Planos das Aldeias. PPDR, Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional.

Secretaria de Estado do Turismo (1984) - Plano Nacional de Turismo (1985-1988)

Stephen Syrett (1995) – Local development. Avebury, Aldershot.